

Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade

Ricardo Franklin Ferreira ¹
Genilda Garcia Calvo
Carlos Batista Lopes Gonzales
Universidade São Marcos

Resumo

O presente ensaio ressalta algumas questões associadas às concepções epistemológicas objetivistas que servem de fundamento para a ciência moderna. Discute a transformação que esse modelo de ciência vem sofrendo em função do desenvolvimento de novos paradigmas de pensamento na contemporaneidade e a decorrente diversificação de métodos de pesquisa. Ênfase especial é dada na discussão de métodos qualitativos. Conclui que, apesar do menor poder de generalização e da interferência da subjetividade do pesquisador nos resultados, a pesquisa qualitativa, em função da aceitação ampla da processualidade dos fenômenos sociais, começa a ser vista como uma situação na qual ocorrem processos de produção de sentido. Deixa de ser a correspondência entre fato e representação o critério fundamental para se validar o conhecimento e passa-se, numa visão mais pragmática, a contemplar o quanto o conhecimento desenvolvido pode vir a trazer uma maior compreensão e benefícios para o ser humano.

Palavras-chave: Contemporaneidade; epistemologia; ciência; pesquisa qualitativa; subjetividade do pesquisador.

Research Pathways and Contemporaneity

Abstract

This paper focuses on matters associated with objective epistemological concepts that work as foundation to modern science. It also discusses the transformations that this science model has gone through as a function of new paradigms of thinking, developed in contemporaneity, and its resultant diversity of research methods. Special emphasis has been given to discussions of qualitative research methods. It's concluded that despite the lower generalization power and the interference of researcher subjectivity on this type of research, it starts to be seen as a situation in which meaning production processes occurs as part of social phenomena. It is not, so far, the correspondence between the facts and representation the fundamental criterion to validate knowledge. But under a pragmatic vision, it changes towards satisfying the need of a better comprehension and real benefits to human beings.

Keywords: Contemporaneous age; epistemology; science; qualitative research; researcher's subjectivity.

Temos que reconhecer que a ciência moderna desenvolveu grandes formulações acerca do real, o que permitiu um grande poder de controle sobre os fatos da natureza. Suas metodologias bem constituídas, principalmente seus métodos quantitativos bem definidos, permitiram a descrição de muitos fenômenos através de uma linguagem matemática e forneceram ao cientista caminhos seguros para sua tarefa de pesquisar.

Entretanto, observa-se, atualmente, um aumento crescente de pesquisas, no campo das ciências humanas, referenciadas em epistemologias emergentes, diversas da concepção epistemológica objetivista que vem dando sustentação à ciência desenvolvida na modernidade. Tais epistemologias vêm servindo de terreno para uma

diversificação de métodos de pesquisa, principalmente, os chamados 'métodos qualitativos'.

A preocupação deste trabalho está voltada, principalmente, para os métodos qualitativos que, na busca de conhecimento, utilizam-se de ampla gama de procedimentos visando o estudo de pequenas amostras, estatisticamente irrelevantes, porém, cuidadosa e intensamente observadas, o que é cada vez mais utilizado nas pesquisas em Psicologia Social. Conforme Vasconcelos (1999), são métodos aplicados na compreensão de problemas complexos e que buscam identificar padrões estruturais repetitivos da realidade estudada, visando o levantamento de hipóteses pertinentes que futuramente poderão ser verificadas através do uso de amostragens controladas.

Há justificativas para serem realizadas pesquisas qualitativas que dependem fundamentalmente de interpretações pessoais do pesquisador e que transgridem normas bem estabelecidas e seguras fornecidas pela ciência

¹ Endereço para correspondência: Pós-Graduação em Psicologia, Universidade São Marcos, Rua Clóvis Bueno de Azevedo, 176, 04266-040, São Paulo, SP. Fone: (11) 5574-8084 / 5572-7616, Fax: (11) 5574-8470. E-mail: ricardo_franklin@uol.com.br

moderna? Não seria a defesa de métodos qualitativos, freqüentemente utilizados na psicologia social, uma justificativa para meras ficções de pesquisadores descompromissados com uma ciência séria, já que tais métodos determinam resultados com pouco poder de generalização? Qual é a segurança que temos de que a decantada ‘riqueza’ de resultados que os métodos qualitativos promovem não se constitui em simples conjuntos de irrelevâncias?

Este ensaio parte dessas indagações e desenvolve uma discussão sobre a importância e validade de tais métodos. Para isso, acreditamos ser fundamental uma análise dos pressupostos epistemológicos e sua inserção histórica, que servem de fundamentos aos diversos fazeres científicos.

A Ciência Moderna

O mundo sempre viveu uma multiplicidade de transformações que desafia e encanta. É notória a dificuldade de se acompanhar tal processo pois, viver num mundo em constante mudança, é jamais alcançar qualquer lugar estável e estático que possa prover segurança. A vida humana está em constante deslocamento. Como afirma Critelli (1996), referenciando-se em Heidegger, “ser-no-mundo como homem é habitar esta e nesta *inospitalidade*” (p. 17). A experiência dessa falta de acolhimento em que somos lançados é uma vivência de angústia.

Um dos projetos humanos, com importância fundamental para o homem contemporâneo e voltado para a recuperação da perda de segurança e o decorrente sentimento de angústia, foi o projeto da ciência moderna. Configurou-se num empreendimento, como analisa Bauman (1999), voltado para sustentação da ordem e a supressão do acaso e da contingência.

Um mundo ordeiro é um mundo que nos torna seguros. É um mundo de certezas no qual podemos calcular a probabilidade de um evento e aumentar ou diminuir tal probabilidade, de tal forma a assegurarmos que os sucessos passados nos sirvam de guias para outros futuros. É um mundo em que procuramos obsessivamente eliminar a angústia da imprevisibilidade.

Para isso, a ciência moderna apoiou-se na idéia de uma realidade externa constituída fundamentalmente de regularidades, regidas por leis matemáticas independentes do sujeito do conhecimento. A natureza passou a ser considerada como pura extensão e movimento, cujos mecanismos seriam passíveis de desvelamento através de leis universais.

Para a configuração de tais leis, a ciência da modernidade desenvolveu um método que se apoiou na redução da complexidade, processo criticamente denominado por Morin (1995) de ‘paradigma da simplificação’. Conhecer

tornou-se sinônimo de dividir, classificar o que foi separado para, então, serem traçadas relações sistemáticas entre os vários elementos identificados. Esta regra já se encontrava prefigurada no Método de Descartes que propõe “dividir cada uma das dificuldades... em tantas partes quantas possíveis e quantas necessárias forem para melhor resolvê-las” (Descartes, 1637/1989, p. 44). Assim, a ciência moderna passou a conceber a natureza como o reino da simplicidade e da regularidade, procurando desenvolver sobre ela observação e quantificação rigorosas. A quantificação converteu-se numa categoria privilegiada. A matemática passou a fornecer à ciência, não só o instrumento fundamental de análise, como também sua lógica de investigação, elegendo-se a pesquisa quantitativa como o procedimento canônico que viria permitir a ‘descoberta’ das leis intrínsecas da natureza.

Buscando esclarecer a idéia da redução da complexidade, encontramos pistas importantes nas reflexões de Habermas (1983), voltadas para as transformações sociais no início da modernidade e em relação a seus efeitos no cotidiano, entre os séculos XVIII e XX. Para ele, na configuração do pensamento moderno, o mundo foi diferenciado em um ‘mundo vivido’ e um ‘mundo sistêmico’.

O primeiro, constituído pelo espaço social, é marcado pelas interações cotidianas, pelas experiências comuns dos participantes de um mundo familiar – é o mundo da cultura onde estamos enraizados. O componente institucional do mundo vivido é a sociedade que renova-se na integração do laço social e na criação da solidariedade entre grupos. Os processos que aí se dão ocorrem em espaços solidários de pensamentos, questionamentos e buscas de ‘verdades’ sobre os fatos, normas e expressões de um solo conhecido. Tais processos, entendidos como formas de representações simbólicas, criam horizontes que possibilitam a realização de ações, são constituídos e, simultaneamente, constituem tradições que abastecem o desenvolvimento de agentes com competências, sujeitos que tomam a palavra, interpretam crenças, participam, buscam o entendimento e afirmam sua identidade.

O mundo sistêmico passou a ser configurado pela razão, considerada como a pluralidade da aquisição do conhecimento desenvolvido a partir do mundo vivido. Com o desenvolvimento das esferas da ação da tecnociência, houve uma ruptura epistemológica desses mundos, passando eles a ser considerados como contendo normas próprias e independentes entre si. A forma de interpretação desses campos autônomos de ação, bem como a maneira pela qual o conhecimento passou a ser compreendido, em função do consenso e das práticas sociais, foram formalizadas em leis universais e em regras instrumentais que, por sua vez, passaram a constituir as ações cotidianas. Tal processo configurou,

na modernidade, a forma instrumental de racionalidade. Assim, o mundo sistêmico colonizou o mundo vivido.

O conhecimento, a partir de tal processo, passou a ser considerado como representação do mundo vivido, fruto de observações sistemáticas rigorosas e descontaminadas dos valores do sujeito que conhece. A meta da ciência moderna voltou-se para o desenvolvimento de representações do real, configuradas em idéias claras e simples, preferencialmente traduzidas através de formulações matemáticas. Desenvolveu-se a crença generalizada de esse processo permitir um controle mais efetivo e rigoroso da natureza. As representações que supostamente mantinham uma correspondência exata com o mundo real, conformidade identificada através dos sentidos, passaram a ser consideradas como conhecimentos verdadeiros. Tal perspectiva, aqui denominada de concepção epistemológica objetivista, buscava verdades contidas nos fatos, consideradas universais e a-históricas. Tal conhecimento permitiria, conforme Bauman (1999), “sustentar a ordem e negar ou suprimir o acaso e a contingência” (p. 10).

Os cientistas, referenciados em tais concepções, passaram a considerar como auto-evidente que aquilo que conhecem, com algumas distorções é claro, trata-se do real em si que se dispõe a eles. Tenderam a assumir que a forma pela qual o conhecimento se dá constitui-se fundamentalmente na captação, através dos órgãos dos sentidos, das informações, organizadas pela razão, que o objeto do conhecimento fornece ao conhecedor. É como se o *objeto informasse aquilo que ele é* e o conhecedor fosse mero *receptor passivo* de informações. Assim, através de um processo cumulativo, seria possível o desenvolvimento de ‘conhecimentos verdadeiros’, principalmente a descoberta de leis universais que configurariam o real.

Para Santos (1996), as leis, enquanto categorias de inteligibilidade, fundam-se num conceito de causalidade, em que é privilegiada a maneira pela qual as coisas ‘funcionam’, em detrimento do agente ou de sua finalidade. Nesse ponto, o conhecimento científico rompe com o senso comum, no qual, como conhecimento prático, causas e intenções convivem sem problema. Assim, a intencionalidade do conhecedor é ignorada, deixando de ser considerada como um elemento importante na constituição do conhecimento dos fenômenos sob investigação. Por esse ângulo, a ‘pessoa’ do cientista tornou-se um problema para a construção do conhecimento.

A Ciência Moderna e o Sujeito do Conhecimento

Como impedir a interferência dos desejos, dos interesses e dos pré-conceitos do sujeito sobre suas representações do real?

Como tentativa de solução, a ciência da modernidade desenvolveu estratégias voltadas para o estabelecimento de uma disciplina pessoal por parte do pesquisador, configurada num método - o método científico. Este daria condições de realizar o ‘distanciamento’ entre o conhecedor e o objeto de conhecimento, pressuposto como possível. Para tal, o método desenvolvido pela ciência moderna tornou-se prescritivo, com ênfase na mensuração dos fenômenos. Acreditava-se na possibilidade, através do método, de expurgar do conhecedor variáveis pessoais que pudessem contaminar suas representações. Este processo permitiria ao cientista ficar ausente de seu próprio discurso, pois este não deveria comportar particularidades do sujeito, consideradas como meros ruídos a serem eliminados. Buscava-se, obsessivamente, um conhecimento objetivo sem a interferência de valores humanos. A separação entre o conhecedor e o objeto de conhecimento permitiria a constituição de uma subjetividade reduzida ao uso da razão, tornando o cientista o “fiador de todas as certezas” (Figueiredo, 1995, p. 17).

O Mundo Contemporâneo e a Crise do Paradigma da Ciência Moderna

Parece haver algum consenso, entre vários pesquisadores, de nos encontrarmos em um momento de transição, em que a modernidade, como analisa Bauman (1999) com muita pertinência, já admite a impraticabilidade de seu projeto original. O projeto da ciência moderna parece estar mergulhado em profunda crise, constituída fundamentalmente por uma crise de seus paradigmas reguladores, e cujo término não pode ainda ser previsto (Santos, 1996). Seus sinais somente permitem especulações acerca do paradigma emergente.

O conceito de crise, para Kujawski (1988), associa-se à idéia de ruptura que se instaura dentro de um processo que está em pleno desenvolvimento. A crise põe em risco o processo, e este pode ser, dentre outros aspectos, biológico, social, cultural ou político, produzindo nele uma modificação parcial ou total.

Para entendermos as mudanças de concepções ocorridas no seio de uma comunidade científica, Kuhn (1970) nos dá algumas pistas. O grupo de cientistas, na busca de sistematização de conhecimentos, ao desenvolver um determinado saber, gera simultaneamente critérios para definir quais são os problemas passíveis de terem uma solução. Nessa situação, a comunidade tende a considerá-los como os únicos admitidos como científicos, encorajando seus membros a resolvê-los. Os problemas dissonantes com o paradigma dominante passam a ser rejeitados. Há momentos, entretanto, nos quais uma subdivisão dessa comunidade desenvolve uma

insatisfação crescente pelo fato de o paradigma vigente não ser mais funcional na exploração de aspectos da realidade que desejam compreender mas não são levados em conta, vindo a gerar uma crise de transição. Nessa situação, há todo um trabalho de exploração da área que viola as expectativas paradigmáticas, através de negociações entre os distintos grupos de cientistas, encerrando-se quando há um reajuste no paradigma. Esta é a circunstância na qual a crise se instaura dentro de um processo íntegro e em crescimento, sendo assimilada em alguns setores ou na globalidade do processo. Nesse caso, o processo sairá transformado e fortalecido. Para Kujawski (1988), as crises da modernidade foram típicas neste sentido pois, à medida em que foram sendo assimiladas pelo processo de modernização, este tornou-se progressivamente mais vigoroso. No caso de um processo em declínio, situação em que a crise não é assimilada, pode haver a intensificação e desintegração do mesmo. Nesse caso, num primeiro momento a crise expressa-se como uma desconformidade ou contradição entre o processo e seu princípio regulador. Num segundo momento, com a intensificação da crise, o próprio princípio regulador passa a entrar em erosão. As transformações podem tornar-se tão intensas que, no caso da ciência, chegam a subverter de uma maneira radical a tradição existente em suas práticas, vindo a determinar não somente um ajuste no paradigma vigente, mas a uma mudança da própria concepção paradigmática. Para muitos pesquisadores, é provável estar-se mergulhado num desses momentos, no qual é colocada sob suspeita a própria forma de inteligibilidade do real proporcionado pelo paradigma da ciência moderna.

Cabe aqui especular sobre fatores que favorecem as mudanças paradigmáticas. Para Santos (1996), o questionamento da ciência moderna é fruto, tanto de fatores teóricos, quanto sociais. O próprio avanço científico propiciou a identificação das insuficiências estruturais do paradigma dominante. O aprofundamento do próprio conhecimento permitiu a explicitação da fragilidade dos fundamentos sobre os quais a ciência moderna vinha se apoiando. Tal mudança de concepção, conforme Santos (1989), vem se esboçando já desde o final do século XIX, através do questionamento do modelo de ciência, tanto em relação aos seus pressupostos epistemológicos, quanto ao seu método. Parece ter o projeto da ciência moderna atingido os seus limites e, como apontam Prigogine e Stengers (1984), pode-se concluir teoricamente pela impossibilidade de se reduzir a natureza a uma linguagem única, matematizável e decifrável pela experimentação. Passou-se a questionar o pressuposto de um universo constituído fundamentalmente de

regularidades, com a possibilidade de ser descrito através de leis transcendentais ao mundo histórico.

Quanto à possibilidade de se alcançar a ‘verdade’ contida nos fatos, Nietzsche (1873/1978), numa crítica à tradição metafísica, já assinalava a necessidade de o homem conviver com a idéia de a linguagem não ter o poder de captar a “coisa em si”, vista como a verdade pura. Apesar de o homem acreditar saber algo das coisas mesmas, possui nada mais do que metáforas delas e, de nenhum modo, correspondentes aos entes de origem. Sob essa ótica, na verdade, o cientista ‘cria’ descrições de mundo e não, como era suposto, revela o real.

Pensadores pós-nietzscheanos, como Adorno e Foucault, juntaram-se também às críticas da tradição metafísica. Wittgenstein, Heidegger e Dewey, apontados por Rorty (1988) como os três filósofos mais importantes do nosso século, “concordam que a noção do conhecimento como representação exata, tornada possível por processos mentais especiais e tornada inteligível através de uma teoria geral da representação deve ser abandonada” (p. 17). Neste aspecto, Heidegger desenvolveu uma concepção profundamente original e inovadora. Em sua obra clássica, *Ser e Tempo* (Heidegger, 1927/1988), a concepção tradicional da verdade como correspondência e adequação ao real é criticamente analisada, sendo a questão da verdade considerada sob outro ângulo - como a descoberta do ente retirado de seu velamento. Não se aceita mais um fundamento último para a verdade. Esta passa a ser considerada como múltipla, contextual, ligada às condições históricas e concretas do homem.

O Paradigma Emergente, o Sujeito, o Objeto e o Conhecimento

Além do *conhecimento* e seus critérios de validade, o *sujeito* e o *objeto* também passam a ser assumidos como resultados de processos de construção. Assim, pode-se considerar que nenhuma dessas três entidades existem independentes umas das outras (Ibañez, 1994). Sujeito e objeto passam a ser vistos como construções sócio-históricas. Independente do conhecedor, nenhum objeto existe identificado como tal no real. Aqueles objetos considerados naturais passam a ser concebidos como objetivações resultantes das características, das convenções e das práticas lingüísticas que tornam possíveis as operações de pensar. As práticas de objetivação incluem o conhecimento, científico ou não, e as categorias conceituais com as quais o mundo simbólico do indivíduo é organizado. Quando se elabora um conhecimento não se está representando coisa alguma da realidade lá fora e nem tampouco traduzindo os objetos exteriores em

enunciados. Na verdade, constrói-se, paralelamente, um objeto original. Ao mesmo tempo, nesse processo, o indivíduo constitui-se a si mesmo, como é sugerido, de uma forma consistente, por Berger e Luckman (1972).

Alguns pensadores dão mais elementos para apoiar essa concepção. Adorno (1993) ressalta ser a distância entre o pensamento e a realidade, o que a história depositou nos conceitos. Esta noção está em conformidade com a concepção de Gadamer (1993) para quem a cultura é o meio universal da experiência, na qual está-se enraizado, existindo através da linguagem. Não se é antes sujeito, para então utilizar-se da linguagem na construção de representações descontaminadas de subjetividade, como um instrumento sob o qual se tem poder. O sujeito é, tacitamente, constituído pela linguagem. Assim, os conceitos referentes à realidade, desenvolvidos pelo conhecedor, estarão sempre impregnados de conteúdos culturais seus. Sob essa ótica, são contestados dois dos pilares da concepção epistemológica sobre a qual se apoia o conhecimento moderno - a possibilidade de desenvolver-se conhecimentos sem a interferência de valores do observador e a de atingir-se representações verdadeiras do real.

Para Morin (1995), “o objeto e o sujeito, abandonados cada um a si próprio, são conceitos insuficientes... surgindo o grande paradoxo: sujeito e objeto são indissociáveis” (p. 61), de tal forma que, sujeito e objeto constituem-se mutuamente. Não se busca mais um distanciamento entre conhecedor e objeto, pois a ligação indissolúvel entre eles passa a ser pressuposta. Desse modo, o conteúdo do conhecimento não é mais nem o conhecedor, como considerado na tradição racionalista, nem a realidade em si, como na tradição empiricista, mas a realidade enquanto vivida pelo ser cognoscente.

No âmbito das neurociências, Maturana e Varela (1972, 1995) desenvolveram um trabalho muito esclarecedor no sentido de enfatizarem a relação de constituição entre sujeito e objeto na gênese do conhecimento. Para os organismos vivos, o conhecimento é limitado pela estrutura biológica daquele que aprende e não pode ir além do assimilável pela sua própria biologia. Assim, os sistemas vivos podem ser somente perturbados pelos fatos externos, experimentando modificações internas compensatórias a tais perturbações, não tendo, portanto, acesso aos fatos do mundo como ‘realmente são’. O conhecimento é considerado a resultante de um acoplamento estrutural - os estímulos externos perturbam o sistema e este reage através de processos de acomodação na gênese do conhecimento. Dessa forma, o acesso à realidade objetiva em termos absolutos não é possível, em função dos limites da própria estrutura biológica do conhecedor. Assim sendo, a ciência pode apenas postular

uma proposição consensual da verdade, pois o conhecimento científico está submetido a uma espécie de transitoriedade dependente dos modelos de verdade presentes num dado momento histórico e é rigidamente limitado pela organização biológica do sujeito.

Queremos enfatizar o papel do observador e sua participação construtiva no processo de observar. Não se pode mais eliminar o observador de cena. Ele passou a ser visto como eixo configuracional do conhecimento, participando necessariamente do fenômeno estudado, determinando a concepção de ser o conhecimento uma construção da experiência estruturada hermeneuticamente, de tal maneira a não se ter somente uma ordem única, mas, em que muitos mundos são possíveis, tantos quantos forem os observadores. Daí decorre a verdade ser múltipla, ligada ao contexto onde o conhecimento se dá e historicamente localizada.

Tal posição pode sugerir uma espécie de relativismo, no qual ‘tudo vale’. Não é exatamente assim. Não queremos afirmar ser o conhecimento simplesmente uma ficção, dependente dos caprichos de um construtor (o sujeito do conhecimento). Estamos querendo ressaltar o fato de o conhecimento ser constituído a partir de influências e restrições tanto do objeto quanto do sujeito. Procuramos salientar, sim, estar todo o conhecimento, incluindo o científico, relacionado às contingências históricas e culturais presentes no momento de sua produção, estando a elas submetido e sendo por elas configurado.

Enfatizamos que o homem, consistentemente, organiza suas várias experiências de vida através de um conjunto significativo e articulado de construções de conhecimento. A função do conhecimento, sob tal concepção, seria a de permitir ao homem localizar-se no mundo e realizar seus projetos pessoais, sem a preocupação de alcançar representações “verdadeiras” (Ferreira, 1998). Toda percepção, aprendizagem e memória, podem ser consideradas como fenômenos a refletirem tentativas contínuas do corpo e do cérebro em organizar (e continuamente reorganizar) seus próprios padrões de ação e experiência (Mahoney, 1991). Os seres humanos, dessa forma, podem ser considerados co-autores da realidade pessoal à qual respondem e não simples receptores passivos de informação. Toda experiência comumente considerada como concreta, ou seja, as sensações, percepções, pensamentos e imagens não são o “material primário” da consciência (o dado), senão o produto de sua capacidade organizadora. O conhecimento do mundo passa, então, a consistir em pautas de ação evocadas por um estímulo externo. Neste sentido, o conhecimento da realidade é indireto. As percepções podem ser consideradas produtos da imposição ativa de abstrações sobre a

informação presente no ambiente (Miró, 1994). Assim, a capacidade de pensar sobre a realidade é limitada pelos esquemas conceptuais adquiridos através da história de vida e, disso decorre, terem as pessoas esquemas conceptuais diversos, em função da diversidade de suas histórias individuais, permitindo-lhes organizar os dados de suas experiências de uma maneira singular. O cérebro é concebido como um receptor ativo - determinante não somente do *output* (conduta), mas, de seu próprio *input* sensorial. As pessoas têm *inputs* distintos frente ao mesmo estímulo, um processo de natureza tanto psicológica quanto fisiológica.

Outro aspecto importante a ser ressaltado refere-se à concepção de verdade. Não negamos a importância do conceito prático da verdade. É um conceito extremamente valioso para a existência cotidiana, regulando as vivências concretas. Questionamos uma concepção de verdade com caráter transcendental e absoluto. Os critérios de verdade são construções, contingentes e determinados pelas práticas sociais, convencionados socialmente e sofrem modificações constantes em função das próprias transformações sofridas pelos grupos sociais. Assim, o critério para avaliar qualquer conhecimento deixaria de ser uma referência absoluta de verdade e sim, como sugere Ibañez (1994), o juízo sobre sua coerência, sobre sua inteligibilidade, sobre as operações que ele permite realizar e, principalmente, sobre sua utilidade para a existência concreta. Em síntese, o conhecimento passa a ser validado, não mais por seu valor de verdade e sim pelo seu valor de uso e por sua funcionalidade.

Desse modo, os cientistas são produtos de épocas e contextos sociais específicos e não estão “apenas engajados na descrição passiva de fatos preexistentes sobre o mundo, mas, também, estão engajados na formulação ou construção ativa das características desse mundo” (Woolgar, 1988, p. 15). Assim, o conhecimento científico deixa de ser considerado como simples expressão do caráter efetivo do mundo mas, mais que isso, reflete simultaneamente as relações sociais, sistemas de crenças e valores das comunidades científicas.

Uma Ciência Articulada Com as Necessidades Contemporâneas

Para uma ciência voltada às necessidades contemporâneas, Santos (1989, 1996) sugere ser fundamental a superação das rupturas epistemológicas realizadas pelas ciências modernas - entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, entre as ciências naturais e as ciências humanas, entre sujeito e objeto. Em decorrência, o conhecimento tecnológico, desenvolvido a partir do discurso das ciências, deve transformar-se em sabedoria de

vida, discurso do senso comum. Santos (1989) propõe um modelo de aplicação do conhecimento científico, ao qual denomina de ‘aplicação edificante’ e, dentre algumas de suas características, ressaltamos as seguintes: (1) os conhecimentos científicos devem voltar-se para uma situação concreta onde “quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação” (p. 158); (2) as aplicações decorrentes do conhecimento científico devem procurar novas alternativas de realidade e, para isso, as formas institucionalizadas devem ser questionadas, pois tendem a promover violência em vez de argumentação, o silenciamento em vez de comunicação, o estranhamento em vez de solidariedade; (3) a aplicação dos conhecimentos tem de ser contextualizada tanto pelos meios como pelos fins, daí decorrendo dever o cientista falar como cientista e cidadão, simultaneamente, no mesmo discurso.

A ciência, para Maturana (1995), é considerada uma atividade humana realizada pelos cientistas, vistos como observadores que explicam o que observam. Como tal, explicar é descrever a experiência pessoal de observar por parte do pesquisador. “O observador como sistema vivo, pela sua constituição, não pode apresentar esclarecimentos ou alegações que desvendem ou conotem qualquer coisa que seja independente dos processos através dos quais ele profere suas explicações e alegações” (p. 165). Nesse sentido, a ciência é constituída como um campo cognitivo, não se ocupando com a verdade e a realidade num sentido transcendental, mas buscando explicar “as experiências humanas no campo das experiências humanas” (p. 196). A verdade torna-se um argumento que exige a explicitação das condições de sua constituição e validação. A natureza deixa de ser vista como um campo autônomo de entidades independentes e sim, como algo que surge mediado pela linguagem, no campo de experiência de um observador. Tornar-se um pesquisador consiste em o observador submeter-se a um processo de aprendizagem dos critérios de validação e aplicação das explicações científicas, desenvolvidos e assumidos pela comunidade de cientistas.

Assim, podemos considerar que, na contemporaneidade, têm ocorrido mudanças no paradigma epistemológico que configurava as subjetividades e práticas da modernidade e, em decorrência, criando um impacto, de forma diferencial, para as várias disciplinas científicas que se apoiavam numa concepção objetivista e, em decorrência, tais transformações acarretam numa reavaliação de seus métodos. Dentro desse contexto, além dos métodos quantitativos, já bem sistematizados e aceitos pela comunidade de cientistas, os métodos qualitativos passaram a ser cada vez mais desenvolvidos, principalmente no campo da psicologia social.

Nas pesquisas de teor empiricista, privilegiadas na concepção moderna de ciência, são importantes os *critérios de validade*, isto é, o grau de correspondência entre a medida e o que está sendo medido e o de *fidedignidade*, referindo-se à possibilidade de replicação das medidas encontradas. Entretanto, a partir das concepções epistemológicas emergentes esses critérios devem ser re-contextualizados, principalmente em estudos que cada vez mais vêm se desenvolvendo na psicologia. Sob essa ótica, pesquisas qualitativas passam a ser mais valorizadas e a realidade estudada a ser considerada como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico, experienciado e descrito por um pesquisador a partir de seu ato de observar. Assim, de acordo com Spink (1997), numa pesquisa qualitativa, outros processos passam a ser privilegiados - passa-se a enfatizar a *especificidade* da situação de pesquisa, isto é, a descrição detalhada e rigorosa do contexto da pesquisa, do caminho percorrido pelo pesquisador e de como procedeu em sua interpretação, permitindo uma visão caleidoscópica do fenômeno estudado. A pesquisa qualitativa, em função da aceitação ampla da processualidade dos fenômenos sociais, passa a ser vista como uma situação na qual ocorrem processos de produção de sentido, em que pesquisador e participantes estão envolvidos e não, simplesmente, como uma situação onde processos externos ao observador estejam sendo representados de uma forma verídica. Torna-se importante, então, a explicitação dos *critérios envolvidos na escolha dos participantes*, pois eles deixam de ser vistos como simples sujeitos a fazerem parte de amostras representativas de uma população, e a *explicitação de aspectos do pesquisador*, ou seja, de como suas características, seus interesses e valores pessoais incidem sobre o delineamento da pesquisa e sobre suas interpretações.

Na mesma direção apontada por Spink (1997), para Alves (1991), o planejamento de pesquisas qualitativas envolve uma metodologia lógica orientada pelo processo de investigação. Para isso, torna-se necessário que sejam mencionadas as decisões e a adequação dos procedimentos metodológicos, desde o início de sua aplicação, quanto à sua coerência em relação ao paradigma epistemológico no qual o pesquisador se referencia e quanto à “pertinência do modelo específico adotado – estudo de caso, etnografia, história de vida, ou outro – ao objetivo da pesquisa” (p. 58). Para maximizar a confiabilidade dos resultados torna-se importante a explicitação das etapas do estudo (período exploratório; investigação focalizada; análise final e elaboração do relatório), os procedimentos e técnicas de coleta e análise de dados.

A pesquisa, assim, estaria articulando o trabalho científico, tanto com as necessidades dos participantes e do pesquisador, quanto com a sociedade à qual eles

pertencem. Deixa de ser a correspondência, entre fato e representação, o critério fundamental para se validar o conhecimento e passa-se, numa visão mais pragmática, a contemplar o quanto o conhecimento desenvolvido pode vir a trazer uma maior compreensão e benefícios para o ser humano, tanto em termos individuais, quanto sociais, portanto sendo privilegiado um critério ético de relevância.

Conclusão

A realização de pesquisas qualitativas não ‘revela’ verdades transcendentais? Acreditamos que não. Seria interessante termos métodos que nos levassem a um conhecimento ‘verdadeiro’? Acreditamos que sim, porém cremos que isso não seja possível. A fluidez do mundo e do conhecimento não pode ser superada. Em decorrência, temos que nos submeter e descobrir saídas, já que esbarramos em limitações ontológicas.

Os resultados de pesquisas qualitativas, certamente, serão impregnados por interpretações pessoais do pesquisador, assim como também ocorre com os trabalhos de teor quantitativo, simplesmente pelo fato de os conteúdos pessoais do observador não poderem ser eliminados, pois ele é, como sujeito conhecedor, eixo configuracional do conhecimento desenvolvido.

O conhecimento elaborado a partir desse tipo de pesquisa não são meras ficções do pesquisador, pois o conhecimento sofre influências e restrições não apenas por parte do sujeito e da cultura em que vive, mas também por parte do objeto.

Assim, se não podemos atingir verdades, ou essências, pelo fato do pesquisador estar necessariamente presente no ato de observar o fenômeno em estudo e em seu discurso científico, acreditamos que temos saídas: o desenvolvimento de metodologias que assumam ser situações de construção de sentido e estejam voltadas para favorecer a melhoria da condição humana, mesmo que tais trabalhos contenham riscos de imprecisões.

Referências

- Adorno, T. (1993). *Minima moralia* (2ª ed.). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1951)
- Alves, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 77, 53-61.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berger, P. L. & Luckman, T. (1972). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Critelli, D. M. (1996). *Análítica do sentido: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Brasiliense.
- Descartes, R. (1989). *Discurso do método*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Original publicado em 1637)

- Ferreira, R. F. (1998). Aspectos epistemológicos do enfoque construtivista nas terapias cognitivas. Em R. F. Ferreira & C. N. Abreu (Orgs.), *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 83-95). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Figueiredo, L. C. M. (1995). *Revisitando as psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: EDUC.
- Gadamer, H. G. (1993). *Verdad y método: Fundamentos de una hermenéutica filosófica* (5ª ed.). Salamanca, Espanha: Ediciones Sígueme.
- Habermas, J. (1983). *Para a construção do materialismo histórico* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Heidegger, M. (1988). *El ser y el tiempo* (2ª ed.). Mexico: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1927)
- Ibáñez, T. (1994). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. Em M. Montero (Org.), *Conocimiento, realidad y ideología* (pp. 39-48). Caracas: Asociacion Venezolana de Psicología Social /AVEPSO.
- Kuhn, T. S. (1970). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago.
- Kujawski, G. M. (1988). *A crise do século XX*. São Paulo: Ática.
- Mahoney, M. J. (1991). *Human change processes*. New York: Basic Books.
- Maturana, H. (1995). Ciência e cotidiano: A ontologia das explicações científicas. Em P. Watzlawick & P. Krieg (Orgs.), *O olhar do observador* (pp. 163-198). Campinas, SP: Editorial Psy II.
- Maturana, H. & Varela, F. (1972). *De máquinas y seres vivos*. Chile: Editorial Universitaria.
- Maturana, H. & Varela, F. (1995). *A árvore do conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas, SP: Editorial Psy II.
- Miró, M. T. (1994). *Epistemología evolutiva y psicología: Implicaciones para la psicoterapia*. Valencia: Promolibro.
- Morin, E. (1995). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nietzsche, F. W. (1978). Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. Em F. Nietzsche (Org.), *Obras incompletas* (pp. 45-52). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1873)
- Prigogine, I. & Stengers, I. (1984). *A nova aliança: A metamorfose da ciência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Rorty, R. (1988). *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote.
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, B. S. (1996). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Spink, M. J. P. (1997). O sentido da doença: A contribuição dos métodos qualitativos na pesquisa sobre o câncer. Em M. G. G. Gimenes (Org.), *A mulher e o câncer* (pp. 197-224). Campinas, SP: Editorial Psy.
- Vasconcelos, E. M. (1999). *Educação popular e a atenção à saúde da família*. São Paulo: HUCITEC.
- Woolgar, S. (1988). *Science: The very idea*. London: Ellis Horwood.

Recebido: 15/12/2000

Revisado: 21/06/2001

Aceito: 25/09/2001

Sobre os autores

Ricardo Franklin Ferreira é Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. É coordenador do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade São Marcos.

Genilda Garcia Calvoso é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade São Marcos. Trabalha nos Serviços de Psicologia Hospitalar dos Hospitais Brigadeiro e do Servidor Público Municipal de São Paulo.

Carlos Batista Lopes Gonzales é Psicólogo Clínico, Mestre em Psicologia pela Universidade São Marcos. Supervisor do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia na aviação.